

Antonio Carlos BERNARDO

BOITO JÚNIOR, A. *O Sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. São Paulo: HUCITEC, 1991.

SILVA, R. A., LEITE, M. de P. (Org.). *Modernização tecnológica, relações de trabalho e práticas de resistência*. São Paulo, KILU/ILDES/LABOR, 1991, 164 p.

Durante longo tempo os estudos que se realizaram sobre a classe operária e o sindicalismo brasileiros tiveram espaço restrito à ação político-partidária. Curiosamente, após o golpe de 64, quando as associações sindicais operárias sofreram forte intervenção do Estado, quer através das cassações, quer através do fechamento dos sindicatos, os pesquisadores universitários tornaram as referidas temáticas objetos de estudo de seus trabalhos acadêmicos.⁴

Conforme o saudoso professor José Albertino Rodrigues, essa demora na chegada do pesquisador universitário devia-se à *mauvaise conscience* dos acadêmicos brasileiros, que até 64 não haviam dado importância às classes populares e às suas formas de organização. Todavia, para nós, esse tema tem outra dimensão, pois situa-se no plano da correlação existente entre o processo histórico-social e as questões que ganham projeção no campo das Ciências Sociais, e, em especial, na Sociologia. Em outras palavras, tratava-se agora de explicitar por que o operariado e suas entidades sindicais, que haviam ganho projeção entre as décadas de 50 e 60, não reagiram à quebra da ordem constitucional de 64.

Os estudos que se desenvolveram, especialmente a partir desse momento, mereceram um primoroso ensaio de Werneck Vianna, que, além de elencar os trabalhos realizados, buscou estabelecer relações entre os mesmos, explicitando as

4. Com isso não pretendemos desconhecer os trabalhos pioneiros, especialmente de Azis Simão, Evaristo de Moraes Filho, Leôncio Martins Rodrigues e José Albertino Rodrigues.

diversas tendências ou “escolas de interpretação que se fizeram dominantes em algum momento” nas pesquisas sobre sindicalismo e movimento operário.⁵

Passado um longo período marcado especialmente pela crise econômica, política e ética em nosso País, que coincide com o fim do “socialismo real”, e as conseqüentes mudanças operadas no Leste Europeu, vivemos um momento que parece não ter provocado grandes alterações nas temáticas tratadas pelos pesquisadores da área das Ciências Sociais. É exatamente nesse contexto que surgem os trabalhos de Armando Boito Jr. (tese de doutorado de 1989) e a coletânea organizada por Márcia Leite e Roque Aparecido da Silva, fruto das pesquisas que vêm sendo realizadas sob a coordenação da LABOR.

Tendo o ensaio de Vianna como referência, penso ser possível incluir o trabalho de Boito Jr. entre aqueles que hoje se encontram na vertente “classe operária”, enquanto a coletânea viria no bojo das reflexões de Castoriadis, Thompson e Coriat, notadamente quando se trata de pensar a ação operária enquanto prática de resistência no interior da fábrica.

A leitura crítica dos dois trabalhos revela a aura instigante que os mesmos provocam em um momento de crise dos paradigmas das Ciências Sociais – crise que sensibilizou nossos estudantes no último encontro da ENECS, mas que parece ainda não ter atingido os docentes-pesquisadores de nossas universidades.

Apesar de agitar fortemente os referenciais teóricos vigentes no interior da academia, o que caracteriza o trabalho de Armando Boito não é apenas a originalidade com que pretende apresentar a “estrutura do aparelho sindical oficial, a ideologia sindical que lhe corresponde e os efeitos dessa estrutura e dessa ideologia sobre a organização e a ação sindical dos trabalhadores brasileiros” (p. 11), mas o tom polêmico que imprime em todos os capítulos, como se tivesse contas a ajustar com todos os seus precursores, “exorcizando” os outros estudos de possíveis fantasmas do passado. Se o discurso teórico é provocador, no sentido de fazer com que categorias e referenciais possam vir a ser repensados, permitindo a crítica “às versões economicista e historicista da teoria marxista” (p. 12), o autor não abre mão de explicitar o movimento operário via entidades sindicais. Ao tentar demonstrar que a “estrutura do sindicato de Estado fixa limites intransponíveis à prática sindical”, acabando por “desempenhar função exclusiva e permanente de desorganizar o movimento das classes trabalhadoras”, Boito retoma a prática dos antigos documentos partidários, isto é, a de tentar estabelecer normas que devem pautar a ação operária, as quais imagina serem as únicas válidas às entidades sindicais. Assim, o sindicato enquanto objeto de estudo é visto a partir de uma ótica que embaça a sua dimensão dialética, dada pela sua emergência no interior do conjunto de contradições próprio da ordem social competitiva. Aqui, vale a pena lembrar mais uma das lições oferecidas por Florestan Fernandes, ao discutir o que denomina de “herança clássica”.

5. Werneck Viana, L. “Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências”. In: Cerqueira, E. D. *O que se deve ler em Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Cortez/ Anpocs, 1986. p. 69-93.

"A sociedade capitalista é uma sociedade antagônica, tanto estrutural quanto historicamente."⁶ Essa característica faz com que as entidades sindicais operárias possam ser vistas não como dotadas de "maleabilidade sem limites", mas "como espaços criados estrutural e institucionalmente, capazes de encaminhar quer as reivindicações concretas da classe trabalhadora, quer a implementação de relações entre capital e trabalho necessárias ao desenvolvimento da ordem urbano-industrial capitalista".⁷

Como todo trabalho acadêmico, o livro de Armando Boito Jr. não esgota o assunto. Antes, tem a qualidade de reacender o debate sobre um tema dos mais importantes para a apreensão do processo histórico-social brasileiro, tornando-a mais rica, especialmente quando tem por objetivo explicitar as chamadas "bases sociais do sindicalismo de Estado". (p. 171 e ss.)

Os dois trabalhos têm exatamente como ponto de encadeamento o antagonismo das sociedades capitalistas, da qual nos falava o Professor Florestan Fernandes, ainda que tratado a partir de referenciais teóricos distintos. Assim, a análise das formas de "organização do trabalho e de gestão da mão-de-obra que vêm sendo adotadas pelas empresas, bem como as práticas de resistência que elas vêm alimentando" (p. 11), aparece na coletânea como parte do processo de modernização tecnológica que atinge uns poucos setores da indústria brasileira, provocando mudanças que evidenciam uma vez mais o caráter contraditório assumido pela própria sociedade.

Essa análise foi colocada em pauta por Marx⁸ e retomada a partir dos anos 70 por uma nova leitura dos escritos do famoso pensador alemão, realizada por autores como André Gorz e Stephen Marglin.⁹ O primeiro, ao mesmo tempo em que criticava rigorosamente as "reformas estruturais outorgadas pelo Estado burguês", não descartava a ação das entidades sindicais operárias como instrumentos capazes de fazer germinar "novos centros de poder democrático".¹⁰ Essas considerações teóricas nos permitem rastrear a perspectiva dos autores da coletânea, onde a preocupação com a aplicação de novas tecnologias no processo de produção está associada não apenas a novas formas de organização do trabalho mas também às transformações que atingem a forma de atuar das entidades sindicais operárias.

Os estudos de caso apresentados sobre a modernização tecnológica dos setores bancário e petroquímico, ainda que importantes e atendendo o objetivo da coletânea, servem também para revelar a situação pontual da modernização tecnológica da

6. Fernandes, F. *A natureza sociológica da Sociologia*. São Paulo: Ática, 1980. p. 17.

7. Para ilustrar essa afirmação, vale citar a declaração de uma das mais expressivas lideranças sindicais do momento, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. Ao ser perguntado em quem votaria nas eleições da FIESP, se fosse empresário, Vicentinho respondeu: "Carlos Eduardo Moreira Ferreira. O outro candidato, Emerson Kapaz, é muito político para o meu gosto". *O Estado de S. Paulo*, 25.4.92, p. 2, cad. Economia.

8. Karl Marx, *O capital*. Livro I, v. 1, tomos 1 e 2, Caps. XII e XIII. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

9. André Gorz, (Org.). *Divisão social do trabalho e modo de produção capitalista*. Porto: Ed. Escorpião, 1976.

10. André Gorz, *Estratégia operária e neocapitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. Vide *Adeus ao Proletariado*. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

economia urbano-industrial. A tão decantada modernidade apregoada por governantes e empresários não passa, por enquanto, de uma prática discursiva, embora esta última possa ser capaz de promover algumas mudanças no setor. O que caracteriza a América Latina na atualidade é a sua posição subalterna em relação aos países hegemônicos. Segundo cálculos do Banco Mundial, se "o rendimento médio na América Latina crescer 6% ao ano, de forma sustentada, enquanto a dos ricos aumentar com ritmo anual de 2%", as duas regiões poderão vir a igualar-se no prazo de 60 anos.

Estes dados revelam a incapacidade gerada em nosso continente de buscar a competitividade e a sua reinserção na economia mundial, através de um processo de modernização tecnológica semelhante ao que ocorreu no Japão e na Alemanha.

Pensar a temática da modernização tecnológica e suas conseqüências no interior da economia brasileira é inovar na temática do trabalho e de sua organização. Todavia, sem desmerecer o esforço realizado por esses pesquisadores, devemos atentar muito mais para uma outra realidade, na qual a formação profissional, a racionalidade e as modernas tecnologias, para serem estudadas, nos levariam necessariamente a viajar para certos países da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE).